

zando o conhecimento já acumulado sobre o assunto, mas sem deixar de explicitar o processo de ensino-aprendizado gerado em experiências multidisciplinares como a pesquisa avaliativa empreendida junto ao Programa Cuidar.

Essa é uma diferença essencial trazida pelo livro, ele permite que o leitor observe – em ação – o diálogo entre diferentes áreas de saber. Para lograr tal feito os autores trazem até nós uma interessante alternância entre saber e fazer, demonstrando, por um lado, os fundamentos teóricos da pesquisa avaliativa, e por outro, os modos de desenvolvê-los no cotidiano da investigação, expondo os bastidores da difícil construção da interdisciplinaridade. Todos esses motivos conspiram para tornar *Avaliação por Triangulação de Métodos: Abordagem de Programas Sociais* uma leitura obrigatória para os pesquisadores iniciantes e experientes, e para os demais interessados na produção do saber.

Luiza Garnelo
Centro de Pesquisas Leônidas & Maria Deane,
Fundação Oswaldo Cruz, Manaus, Brasil.
Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil.

AS RAÍZES CRISTÃS DA AUTONOMIA. Selleti JC, Garrafa V. Petrópolis: Editora Vozes; 2005. 120 pp. ISBN: 85-326-3221-1

As Raízes Cristãs da Autonomia é fruto de uma pesquisa desenvolvida por dois autores qualificados para escrever sobre o assunto: Jean Carlos Selleti, um respeitado pastor presbiteriano, e Volnei Garrafa, professor titular do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília. De forma didática, o livro apresenta um conceito contemporâneo de autonomia sob a ótica de um país de cultura latina, buscando revelar as verdadeiras raízes históricas desse conceito, originadas ainda no início da Idade Média. O tema é denso e bem explorado pelos autores, que brindam os leitores com citações pertinentes a grandes pensadores da História, como Santo Agostinho, Martinho Lutero, Immanuel Kant e Max Weber, entre outros.

O embasamento empírico da obra é dado por um trabalho de pesquisa, parte da Dissertação de Mestrado em Ciências da Saúde de Selleti, orientada pelo professor Garrafa. Nesta obra, bioética e religião se encontram unidas pelas origens históricas da autonomia, um tema especialmente caro ao campo da saúde pública e coletiva. O livro passa longe de ser leitura exclusiva para religiosos; o tema é interessante para as mais diversas áreas e seu conteúdo é apresentado com a neutralidade que a ciência exige. A quantidade de informações relevantes, sustentada em uma bibliografia adequadamente documentada fará, certamente, com que caia no gosto de todos.

Os autores, logo na introdução, traçam o panorama histórico do início do processo de formação da bioética. O cenário – Estados Unidos da América, início dos anos 70 – será um dos pontos-chave para a discussão do tema proposto. A bioética, na mesma década em que nasce, também é consolidada por meio de quatro princípios definidos e universalizados: autonomia, beneficência, não-maleficência e justiça. Dentre os quatro, a autonomia acabou tendo seu peso maximizado com relação aos demais, assu-

mindu, na prática, papel de destaque nos países de cultura anglo-saxônica.

Ainda na introdução, é apresentada a pesquisa que serviu como suporte empírico da obra: um estudo com 16 pastores das quatro correntes tradicionais do protestantismo – presbiteriana, batista, metodista e luterana – proporcionou aos autores os dados que procuravam. Desta forma, Selleti & Garrafa constataram que a visão protestante estadunidense, individualista, da autonomia não se repetia na América Latina, mais precisamente no Brasil. Observaram, ainda, que o componente cultural humanista acaba tornando a visão latina de autonomia mais ecumênica no sentido de uma mescla do protestantismo com o catolicismo, onde os temas coletivos têm preferência em face de decisões individuais.

No primeiro de seus quatro capítulos, o livro traz a construção histórica da autonomia em meio a premissas filosóficas e teológicas, a maioria com centenas de anos, muito antes do surgimento da bioética, ou mesmo da Reforma Protestante. Os autores mostram que as verdadeiras raízes da autonomia são semeadas dez séculos antes da ruptura entre catolicismo e protestantismo. Dentre as origens mais remotas, as contradições ideológicas quanto ao livre-arbítrio, entre Santo Agostinho e Pelágio, parecem ser as mais antigas.

A apresentação do princípio da autonomia sob a perspectiva da ética cristã é feita em um segundo capítulo. Os autores mostram de que maneira a teologia de reformadores, como Martinho Lutero e João Calvino, modificou os valores do cristianismo até então existentes. Novos conceitos trazidos pela Reforma, como o da predestinação do indivíduo, afloraram a subjetividade e o individualismo protestante. Citar um, dentre os vários subtítulos pertinentes à obra, já dispensa maiores explicações: “*A Moralidade Protestante como Gênese da Autonomia?*”.

A pesquisa cresceu e acabou levando os autores à análise de outros referenciais também relacionados ao tema. Em um terceiro capítulo, que avança na temática abordada e relaciona a autonomia com o compromisso, temas como alteridade, liberdade e crescimento interpessoal são apresentados em analogia com outros termos de origem historicamente católica, como a solidariedade, a compaixão e a misericórdia. Além destas comparações, os autores ainda discorrem sobre uma espécie de ética do compromisso historicamente originada pela perspectiva latina de preocupar-se também com “o outro”.

No capítulo final, Selleti & Garrafa chamam a atenção para uma questão preocupante: a tentativa de universalização da bioética sob a ótica unilateral dos países ricos. Essa universalização consiste na redução da bioética a questões biomédicas e biotecnológicas, atendendo aos interesses apenas dos países já desenvolvidos. Os países pobres ainda sofrem com problemas que, há muito tempo, já foram solucionados por esses países, principalmente no campo sanitário. Os autores defendem um foco de atuação bioético mais abrangente, assim como a necessidade de uma postura científica e política mais engajada na resolução dos problemas sociais concretos constatados nos diferentes países do Hemisfério Sul, entre eles as questões de acesso a sistemas adequados de saúde pública e a medicamentos essenciais.

Após a análise desta obra, fica fácil compreender porque uma bioética, que inicialmente aspirava ser

única e universalizada, acabou se transformando em “bioéticas”, contextualizadas e, no sentido latino apresentado pelo livro, preferencialmente comprometidas com a realidade onde estão inseridas.

Leticia Erig Osório de Azambuja
Cátedra UNESCO de Bioética,
Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MASCULINIDADE.
Oliveira PP. Belo Horizonte: Editora UFMG/Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro; 2004. 347 pp.

ISBN: 85-7041-416-1

No cenário bibliográfico das ciências sociais, há alguns anos, a masculinidade vem surgindo como uma categoria de discussão. A obra de Pedro Paulo de Oliveira, que é uma versão de sua tese de Doutorado em sociologia, faz coro a esse movimento que procura tratar essa categoria como uma construção social.

Na introdução, é apresentada a etimologia da palavra *masculinidade* – que surge no século XVIII para explicitar critérios de diferenciação entre os sexos. Sem cair na armadilha de reificar a masculinidade, logo de início, o autor chama a atenção para a insuficiência das definições acerca dessa expressão e encaminha o debate para a importância das suas características históricas, a sua força de arregimentação social, a imbricação com outros lugares simbólicos estruturantes e o seu poder de orientar a formulação de juízos.

Em sua discussão, Oliveira chama a atenção para a masculinidade como um espaço simbólico de sentido estruturante que modela atitudes, comportamentos e emoções a serem seguidos. Aqueles que seguem tais modelos não só são atestados como homens como também não são questionados pelos outros que compartilham desses símbolos.

Em seguida, o autor desenvolve uma discussão com o intuito principal de buscar a modelação da masculinidade a partir de uma sociogênese moderna que se volta para instituições que foram decisivas para o surgimento de suas características contemporâneas fundamentais. Assinala que, nos séculos XVIII, XIX e parte do século XX, inúmeras características tidas como positivas – a exemplo da valentia, firmeza, inteligência e imponência – foram associadas ao ser masculino e vistas como qualidades sobre as quais a própria sociedade gostava de se autoprojetar. Discute ainda ícones, símbolos e reflexos dos períodos medievo e moderno que constituem o masculino ou em torno dele gravitam.

Nesse ideal moderno, em que o temor da imaturidade é menor do que o da efeminação, a transformação de um menino em homem passa, primeiro, pela “*aquisição de um certo padrão físico e, depois, através de uma adequação moral, que deveria culminar com a consagração do casamento*” (p. 54).

Ainda no século XIX, ressaltam-se os discursos médicos que alimentaram o slogan *mente sã num corpo são* e ajudaram a desqualificar aqueles – como insanos, negros, judeus, homoorientados – que não se encaixavam no ideal burguês de masculinidade, imputando-lhes o *status* de serem diferentes ou serem deficientes sob algum aspecto. Junto a essa desqualificação, a mulher costumava também ser vista como ser inferior.

A disciplinarização do corpo masculino também é tratada nesse capítulo. Esse mecanismo, que fazia parte de um processo social mais amplo, servia aos ideais de conquista e defesa e era incorporado ao cotidiano. Seguindo os eixos de docilidade e utilidade, “*o processo de subjetivação quase que se igualava ao processo de sujeição presentes nas forças armadas, nas escolas, em conventos, internatos, colégios, quartéis, presídios, fábricas, hospitais, asilos etc.*” (p. 63).

Seguindo a sua análise sobre o assunto, o autor passa para a contemporaneidade, discutindo o enredamento do ser masculino com fragilidades, angústias, crises, modismos e aparentes contradições. A discussão política e acadêmica em torno do ser masculino também é por ele tratada.

Em termos acadêmicos, segundo Oliveira, a epidemia da AIDS ensejou debates que tornaram públicos certos temas interditos, como as relações extracônjugais e homoorientadas. No bojo dessa discussão, desencadeou-se o estímulo para as negociações femininas em prol de práticas sexuais seguras, questionando-se as bases convencionais em que predominava a determinação masculina no desenho e significado da heterossexualidade padrão. Ele observa que a AIDS também provocou uma reação do movimento gay que trouxe reflexos aos estudos sobre a masculinidade. Esse movimento se organizou no combate do recrudescimento do preconceito e do estigma imputados àqueles considerados vetores da disseminação da doença.

Ainda em relação ao mundo contemporâneo, o autor observa que, “*apesar de todas as mudanças socioestruturais e todos os movimentos que continuamente contestam a hegemonia masculina, esse lugar simbólico ainda é bastante valorizado e funciona como bússola de orientação para a construção de identidades em diversos segmentos sociais*” (p. 285).

Em suas considerações finais, Oliveira almeja que sejam desatados os nós das conexões e das associações imediatamente projetadas na polarização entre o masculino e o feminino, tão freqüentes nos julgamentos do senso comum.

Inúmeras são as contribuições que a obra em questão pode fornecer ao campo da saúde pública. Por meio dela, pode-se ancorar uma discussão sobre as identidades de gênero. Essa discussão, por sua vez, pode intentar uma maior reflexão acerca da masculinidade para se compreender os comprometimentos da saúde nas relações entre os gêneros. As imbricações entre violência de gênero e masculinidade é outra temática que pode buscar subsídios na construção social da masculinidade. A superposição de ações violentas e características tidas como viris podem ser melhor compreendidas por meio dessa construção.

Ainda no que tange à perspectiva relacional de gênero e saúde, as especificidades do ser homem no processo saúde-doença-cuidar podem ter maior visibilidade a partir do debate da obra em questão. Nesse sentido, dentre outras questões, o debate sobre a socialização dos homens que faz com que o cuidar de si não seja visto como prática masculina pode ganhar maior densidade com a leitura deste livro.

Romeu Gomes
Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz,
Rio de Janeiro, Brasil.
romeu@iff.fiocruz.br